

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXV ENANCIB

GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

ESPAÇOS DE ACESSO E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: RESILIÊNCIA E RESISTÊNCIA DAS BIBLIOTECAS

INFORMATION ACCESS AND MEDIATION SPACES: RESILIENCE AND RESISTANCE OF LIBRARIES

Dulce Hirli Costa Almeida – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (UFRJ/IBICT)

Angelica Alves da Cunha Marques – Universidade de Brasília/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (UnB/IBICT)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: explora a trajetória das bibliotecas como instituições de preservação e acesso à informação, e seu papel na formação da competência crítica em informação. Realizou-se uma revisão de literatura em diversos portais utilizando as palavras-chave "trajetória das bibliotecas", "evolução das bibliotecas" e "história das bibliotecas", sem restrição temporal, mas incluindo materiais completos e somente em português. Dividiu-se o estudo por períodos históricos, Antigo, Medieval, Renascimento e Iluminismo, analisando bibliotecas notáveis como Nínive, Alexandria e a Biblioteca Nacional da França. Demonstra uma transição marcante: de repositórios elitistas, onde a mediação cultural era restrita ao controle do saber, para instituições que, gradualmente, buscaram a democratização do conhecimento. Ressalta a função educativa das bibliotecas na formação de cidadãos críticos e na capacitação para a participação e ação social. Reforçam a resiliência dessas instituições e sua perenidade no combate à desinformação, consolidando-se como pilares essenciais para uma sociedade mais informada, crítica e equitativa no cenário atual.

Palavras-chave: trajetória das bibliotecas; mediação da informação; acesso à informação.

Abstract: this study explores the trajectory of libraries as institutions of information preservation and access, and their role in fostering critical information literacy. A literature review was conducted across various academic portals, using the keywords "trajetória das bibliotecas" (trajectory of libraries), "evolução das bibliotecas" (evolution of libraries), and "história das bibliotecas" (history of libraries). No temporal restriction was applied, but only full-text materials in Portuguese were included. The study was divided into historical periods, Ancient, Medieval, Renaissance, and Enlightenment, analyzing notable libraries such as Nineveh, Alexandria, and the National Library of France. It demonstrates a significant transition: from elitist repositories, where cultural mediation was restricted to knowledge control, to institutions that gradually pursued the democratization of knowledge. The educational function of libraries in forming critical citizens and empowering social participation and action is highlighted. The findings reinforce the resilience of these institutions and their enduring relevance in combating disinformation, solidifying their role as essential pillars for a more informed, critical, and equitable society in the current scenario.

Keywords: trajectory of libraries; information mediation; information access.

1 INTRODUÇÃO

A história das bibliotecas, desde suas origens, se entrelaça com o processo de mediação, circulação, leitura e apropriação da informação, assumindo um papel fundamental na organização e difusão do conhecimento. Estas instituições não são meros repositórios, mas, sim, espaços dinâmicos que, ao longo do tempo, têm se configurado como promotoras de informação acessível e inclusão, valores intrínsecos ao desenvolvimento da competência crítica em informação (CCI).

A CCI, distinta da Competência em Informação, que foca na usabilidade e nos artefatos tecnológicos, segundo Schneider (2019), busca aprofundar a relação do indivíduo com a informação, promovendo a "[...] construção de uma consciência crítica que atravessa as literacias e promove uma mudança de comportamento do usuário, que passa a ser sujeito desta relação e das transformações sociais" (Brisola, 2022, p. 21). Nesse sentido, as bibliotecas, historicamente, têm atuado como frentes no combate à desinformação e na promoção do pensamento crítico, estabelecendo uma conexão direta com os pilares da CCI.

Embora inicialmente as bibliotecas pudessem ser confundidas com arquivos e seu surgimento estivesse atrelado à necessidade humana de registrar e controlar informações, sua trajetória revela uma evolução complexa. Por muito tempo, foram espaços restritos a eruditos, com a democratização do acesso à informação para o público geral ocorrendo de forma tardia.

Nesse contexto, têm-se por objetivo geral explorar a trajetória das bibliotecas como instituições de preservação e acesso à informação e seu papel na formação da competência crítica em informação. Como objetivos específicos, pretende-se resgatar a história das bibliotecas, mostrar a função educativa destas e examinar como as mudanças ocorridas nas bibliotecas ao longo do tempo refletem na formação de cidadãos críticos e no fomento ao protagonismo social.

Trata-se de uma revisão de literatura, com buscas feitas no Google Acadêmico, no Portal de Periódicos da Capes, na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A estratégia de busca envolveu, inicialmente, as palavras-chave "trajetória das bibliotecas", "evolução das bibliotecas" e "história das bibliotecas". Com estas palavras-chave, foram encontrados mais de um milhão de estudos sobre a temática em seu formato amplo. Posteriormente, a partir da leitura de

Serrai (1975) e Casson (2018) houve a identificação de bibliotecas notáveis e foram realizadas novas buscas com filtragem aplicando o nome das bibliotecas notáveis, exemplificadas por 'trajetória da biblioteca de Pérgamo', 'trajetória da biblioteca de Nínive' e assim por diante. Nesse procedimento, pouco mais de 164 textos foram encontrados e aplicou-se uma nova filtragem para exclusão de duplicatas e aqueles que tem acesso restrito e ainda, escolha dos materiais que apresentavam a relevância histórica e contribuições culturais de cada biblioteca. O resultado foi de 29 textos lidos, dos quais 4 foram livros, 1 Trabalho de Conclusão de Curso e os demais foram artigos. Por se tratar de pesquisa histórica, não foram utilizados critérios de exclusão temporal para o levantamento bibliográfico. No entanto, utilizou-se como critérios de inclusão apenas materiais na íntegra, no idioma português.

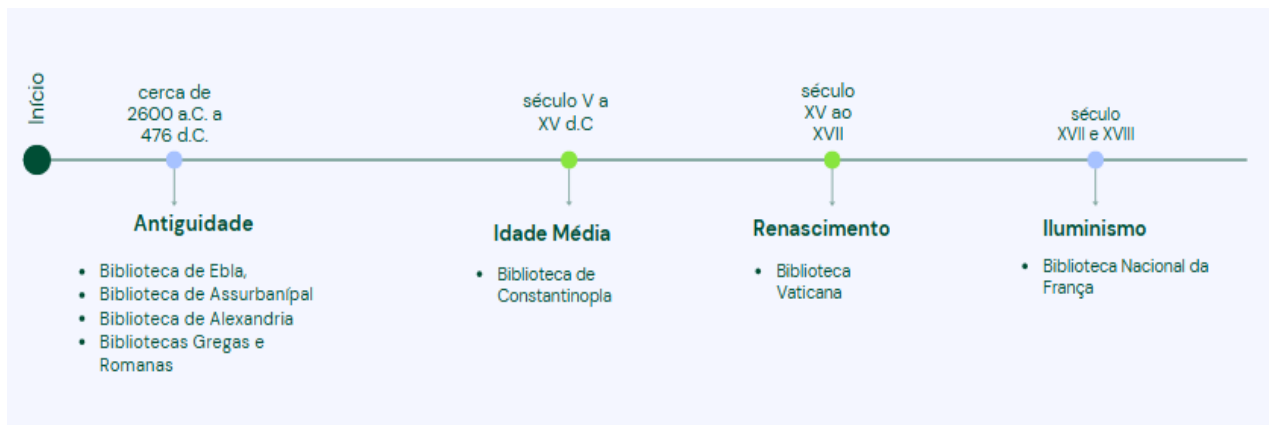
Foi realizada uma divisão por períodos históricos (Figura 1) e, depois, buscou-se pela história de cada biblioteca notável de cada período. Por se tratar de uma pesquisa preliminar, optamos por não dividi-la, nesse momento, em tipos de bibliotecas. A escolha dos períodos históricos (Antiguidade, Medieval, Renascimento/Iluminismo) deve-se à sua relevância na transição do controle do conhecimento para sua democratização. Cada um desses períodos representa marcos de transição:

- a) Período Antigo (cerca de 2600 a.C. a 476 d.C.): surgimento das bibliotecas como repositórios de conhecimento e instrumentos de poder; Bibliotecas notáveis do período -> Biblioteca de Ebla, Biblioteca de Assurbanípal, Alexandria e bibliotecas Gregas e Romanas.
- b) Medieval (século V a XV d. C): controle e preservação do saber pela Igreja, com acesso restrito e forte vínculo religioso; destacamos a Biblioteca de Constantinopla, como biblioteca notável.
- c) Renascimento (século XV ao XVII) e Iluminismo (séculos XVII e XVIII): ampliação do acesso e início da democratização do conhecimento. Bibliotecas notáveis do período -> Biblioteca Vaticana e Biblioteca Nacional da França, respectivamente.

Como bibliotecas notáveis entende-se aquelas com relevantes contribuições históricas, culturais e intelectuais, considerando também o tamanho de seus acervos, seu contexto e suas inovações (Casson, 2018; Serrai, 1975). Esses recortes permitem identificar continuidade e ruptura nas funções das bibliotecas, estabelecendo um fio condutor que explica a configuração contemporânea dessas instituições. A compreensão desse percurso histórico é essencial para avaliar o papel atual das bibliotecas no desenvolvimento da CCI. No

entanto, para compreender plenamente o papel das bibliotecas na CCI, é essencial também analisar o cenário atual, marcado por desafios como a desinformação e a inclusão digital. Assim, este estudo combina uma revisão histórica com reflexões sobre o presente, a trajetória das bibliotecas por período histórico, pode ser melhor visualizado na *timeline* da Figura 1.

Figura 1 – Timeline da trajetória das bibliotecas



Fonte: elaboração própria (2024).

O presente artigo está composto por esta seção introdutória, situando a história das bibliotecas e sua relação com a CCI; pela seção 2, que trata das bibliotecas durante a Antiguidade, abordando como eram seus acervos, seu acesso elitista e como aconteceu sua destruição; pela seção 3, que traça a história das bibliotecas no medievo, mostrando como essas instituições foram capitaneadas pelo poderio da Igreja e seu acervo reduzido aos religiosos; pela seção 4, que mostra a ruptura do processo anterior e como as bibliotecas obtiveram o *status* de públicas e democráticas; e por uma seção de considerações finais.

2 BIBLIOTECAS DO PERÍODO ANTIGO

No Período Antigo, as bibliotecas surgiram intrinsecamente ligadas à necessidade humana de registrar e organizar o saber. Contudo, a mediação da informação neste período era predominantemente de natureza controladora e preservacionista, mais do que difusora para o grande público. Medeiros (2019) e Serrai (1975) afirmam que, por muito tempo, as bibliotecas eram confundidas com os arquivos e que somente séculos depois essa distinção seria feita. Para Medeiros (2019, p. 71), as bibliotecas surgem de uma necessidade do homem em manter seus registros e de “controlar informações sobre negócios, guardar as fórmulas mágicas, os cantos, e, também o conhecimento sobre astrologia e agricultura.” Esta perspectiva inicial evidencia que a circulação e apropriação da informação eram um privilégio

e uma ferramenta de manutenção do poder, refletindo as estruturas sociais hierárquicas da época.

Medeiros (2019) assinala que as primeiras bibliotecas de que se tem notícia, são as de argila, em escrita cuneiforme da Mesopotâmia. Segundo a autora, a primeira cidade onde foram encontrados indícios de uma biblioteca foi em Uruk, na Suméria. Além disso, em cidades como Ur, Adab, Fara, Abud e Kis também foram encontrados indícios de prováveis bibliotecas, que existiram por volta de 2.800 a.C. a 2.700 a.C.

Essas bibliotecas foram destruídas pelos mais variados motivos, desde a quebra do material com que eram feitas, até incêndios, enchentes, reciclagem e, principalmente, guerras. “[...] as guerras entre cidades-Estado provocavam incêndios e, em meio ao ruído dos combates, as tabletas caíam de suas estantes de madeira e se partiam em pedaços ou ficavam ilegíveis.” (Baez, 2017, p. 23).

Foi justamente um incêndio no Palácio Real que preservou a biblioteca da cidade de Ebla, Síria, considerada a mais antiga das bibliotecas notáveis. O acervo da biblioteca, construída por volta de 3.000 a.C., era composto de duas salas e teve parte salva por conta do cozimento da argila durante o incêndio (Medeiros, 2019).

[...] Ocupava duas salas, sendo uma de 3,5 por 4m com estantes de madeira já deterioradas pelo tempo, e outra com bancos. Lá foram encontradas 16.000 tabuletas, sendo 2.000 completas, 4.000 fragmentos maiores e 10.000 menores, sendo os maiores em formato quadrado e os menores redondos, em sua maioria. O acervo era composto prioritariamente por registros de controle econômico, mas também foram descobertas tabuletas com listas bilíngues, consideradas “os mais antigos dicionários de que se tem notícia”. Havia também textos religiosos, jurídicos, históricos e literários, estes últimos em forma de versos (Medeiros, 2019, p. 72).

A Biblioteca de Nínive, datada do século VII a.C. e criada pelo rei Assurbanipal, é um exemplo dessa concepção inicial que reflete as estruturas sociais hierárquicas da época. Localizada em Nínive, atual Iraque, essa biblioteca assíria é uma das mais completas da antiguidade, com milhares de tabuletas em escrita cuneiforme. Seu acervo registrava informações administrativas, históricas e de conhecimentos gerais que serviam primariamente aos interesses do reino. Serrai (1975) e Medeiros (2019) consideram esta como sendo a primeira biblioteca de fato, por ter deixado provas mais tangíveis de sua existência.

Sua criação se deve ao rei assírio Assurbanípal, no século VII a.C. O rei era um visionário que pretendia amearhar todo o conhecimento até então produzido em um único lugar e para isso recolhe obras em todo o mundo antigo. Ele introduziu a concepção das bibliotecas enciclopédicas, trezentos anos antes de Alexandria. A biblioteca era composta de 22.000 tabuletas de argila, embora se acredite que

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

também houvesse papiros, quadros de madeira e de cera. Era também organizada utilizando-se colofões (Medeiros, 2019, p. 72).

Esta biblioteca não se constituía como um espaço de leitura ou apropriação ampla para a população, mas sim como um repositório centralizado do saber, onde a mediação da informação era controlada pela elite monárquica. Isso sublinha como o registro e a organização do conhecimento eram, desde a Antiguidade, ferramentas estratégicas para a preservação da história, cultura e, fundamentalmente, do poder.

Já no século III a.C. aparece o que seriam as duas bibliotecas mais famosas da Antiguidade: A Biblioteca de Alexandria e a Biblioteca de Pérgamo. A Biblioteca de Alexandria, Egito, consegue maior destaque ao longo da história. O idealizador da Biblioteca foi Alexandre, O Grande, que morreu sem ter visto a sua inauguração, realizada por Ptolomeu II (Medeiros, 2019).

Ptolomeu planejou a biblioteca de Alexandria com Demétrio de Falereu para ser um grande centro de cultura. Assim, a Biblioteca recebia os artistas e intelectuais da época, servindo inclusive, para alimentação e moradia. “Para que pudessem ter um ambiente que possibilitasse o desenvolvimento de seus estudos construíram o Museu e a Biblioteca, cercados de jardins e um zoológico” (Medeiros, 2019, p. 75). Os catálogos de Alexandria, os Pinakes, criados por Calímaco, foram utilizadas em outras bibliotecas antigas e medievais, chegando até nossos dias (Mey, 2004).

Alexandria teve seu fim cercado por mistérios. Alguns estudiosos tratam como destruição parcial, como Sêneca; outros tratam como destruição total, como o cronista árabe Abd al-Latif; alguns, como o próprio Baez (2004), culpam a falta de recursos pelo fim gradativo da biblioteca e a versão mais difundida é de que a biblioteca foi destruída por um grande incêndio (Baez, 2004). Acerca disso, Campos (2018) usa a série de TV Cosmos para ilustrar a trágica consequência de uma instituição longe da sociedade.

Sagan atribui a ruína da biblioteca à falta de democratização da ciência, de, pelo menos, duas formas, que por sua vez se relacionam: primeiro, no desinteresse em direcionar a produção de conhecimento para a melhoria da população em geral, orientada por um conceito de bem comum; segundo, na falta de divulgação dos resultados obtidos nessa produção de conhecimento (Campos, 2018, p. 3).

A grandiosidade de Alexandria como centro de pesquisa e estudo não se traduziu em um modelo de mediação da informação acessível à sociedade. A falha em democratizar as descobertas e a falta de mediação cultural e da leitura para o público em geral impediram que

a população compreendesse o valor intrínseco da biblioteca. Essa ausência de apropriação social do conhecimento impediu o desenvolvimento de um protagonismo social em sua defesa, expondo a vulnerabilidade de um saber restrito a uma elite intelectual frente a crises externas. Assim, se as descobertas e estudos feitos não foram divulgados, se a sociedade não tinha conhecimento do papel que a biblioteca de Alexandria representava, se somente poucos estudiosos eram abraçados pela instituição, se não havia percepção sobre os benefícios da biblioteca para o público, não havia o porquê de ela ser protegida pela população quanto aos ataques sofridos.

A biblioteca de Pérgamo, localizada na Ásia Menor (atual Turquia), foi construída durante o período helenístico e se tornou um centro de estudos, principalmente filosóficos, recebendo principalmente escritores e intelectuais. Sua fundação se deu por Eumenes II, um rei erudito e bibliófilo (Medeiros, 2019).

Uma das principais contribuições da biblioteca de Pérgamo foi quanto ao suporte, a partir da difusão do pergaminho. “O pergaminho era fabricado com pele de animal, que podia ser cabra, cordeiro ou ovelha, obtido após passar por um longo processo de limpeza e tratamento” (Medeiros, 2019, p. 78). A difusão do pergaminho, embora um avanço tecnológico na materialidade do suporte, não alterou fundamentalmente o modelo de mediação e acesso restrito que caracterizava as bibliotecas helenísticas e romanas.

Embora tenham contribuído de forma significativa para a história da cultura, as bibliotecas da antiguidade não foram responsáveis pela democratização da informação, pois atendiam somente à elite de sua época, se caracterizando como particulares. Martins (2001) acrescenta que os grandes filósofos não se interessavam em guardar ou mesmo em escrever livros, pois a linguagem oral e teatral prevalecia na Antiguidade.

Para completar o paradoxo, é um povo militar e guerreiro, comerciante e prático, imediatista e político, que só admitia a palavra, escrita ou oral, como instrumento da ação, que vai, no mundo ocidental, possuir as melhores bibliotecas e, em particular, as primeiras bibliotecas públicas (Martins, 2001, p. 77).

Por outro lado, o general do império Júlio César gostava de escrever sobre suas vitórias e entendia que precisava de leitores que estivessem ao seu lado. Por isso, teve a ideia de instalar uma biblioteca pública (Martins, 2001), ideia essa que não foi finalizada por Júlio César, assassinado antes. Com a sua morte, o orador Asínio Pólio estabeleceu a primeira biblioteca pública com duas seções, no Átrio da Liberdade (Martins, 2001).

As bibliotecas gregas, frequentemente vinculadas a templos e escolas filosóficas, priorizavam a guarda e a organização dos textos. Por outro lado, as bibliotecas romanas surgiram com a inovadora, ainda que limitada, premissa de serem 'públicas'. Contudo, a distinção proposta por Casson (2018) as gregas como 'pilhas de livros' e as romanas como 'espaço para receber leitores', demanda uma análise crítica. Mesmo com essa abertura, a mediação da leitura nas bibliotecas romanas era restrita a um círculo seletivo: profissionais, especialistas ou uma pequena parcela da elite erudita. Isso demonstra que, apesar da denominação 'pública', a circulação e a apropriação da informação eram ainda profundamente limitadas. A mediação operava para consolidar e aprofundar o conhecimento em estratos sociais específicos, não para capacitar a sociedade para uma participação mais ampla e informada.

Em suma, o Período Antigo, apesar de ser o berço das bibliotecas, as caracterizou como instituições onde a mediação da informação e da leitura era predominantemente controlada e elitista. O acesso restrito a escribas, religiosos e estudiosos limitava drasticamente a circulação e a apropriação do conhecimento por grande parte da sociedade. A falta de uma mediação cultural inclusiva impediu que essas instituições desempenhassem um papel significativo no protagonismo social amplo, configurando o saber como um instrumento de poder e manutenção das hierarquias, e não como uma ferramenta de emancipação cidadã.

3 BIBLIOTECAS DO PERÍODO MEDIEVAL

O período medieval, compreendido aproximadamente entre os séculos V e XV, foi marcado por profundas transformações culturais, sociais e políticas, que também impactaram a forma como o conhecimento era armazenado e disseminado. As bibliotecas continuaram desempenhando um papel central na preservação e na produção de textos, mas o acesso ao conhecimento permaneceu restrito. Assim como na Antiguidade, a mediação da informação e da leitura era direcionada a uma pequena parcela da população. Na Idade Média, os eruditos religiosos constituíam o principal público-alvo dessas instituições. Essa limitação no acesso resultava em uma diminuição da capacidade de participação social para a grande maioria, que não tinha as ferramentas informacionais para participar ativamente da vida intelectual e cultural.

Instaladas predominantemente em conventos e mosteiros, as bibliotecas refletiam a hegemonia da Igreja na vida intelectual e cultural, preservando manuscritos antigos e

elaborando novas obras de cunho teológico e litúrgico. O suporte da vez era o pergaminho, que segundo Tanus (2018), era mais resistente que os suportes feitos de tabuinha e papiros e, além de possibilitar a escrita nos dois lados, permitia a costura do material. Daí surgiria o códex.

Embora, a materialidade dos suportes tenha melhorado nesse período medieval, as bibliotecas continuaram fechadas em si mesmas, pois apenas uma parcela reduzida da população tinha acesso a elas, reduzindo-as a “depósitos”, um local onde mais se esconde do que se revela, assim como um local de silêncio. Em um primeiro momento, as bibliotecas vincularam-se, sobretudo, a um espaço sagrado, como os mosteiros e os conventos, e num segundo momento, a lugares de estudo, como as universidades, devendo em ambos os momentos os poucos leitores à época zelarem pelo silêncio nas bibliotecas (Tanus, 2018, p. 264).

Os monges eram os guardiões desses espaços, além de serem responsáveis pela confecção dos pergaminhos e a encadernação dos códices. Serrai (1975) critica que gradualmente a literatura pagã era esquecida devido à supervalorização dos textos sagrados, mas destaca algumas bibliotecas desse período, como a do Império Bizantino, também conhecida como Biblioteca de Constantinopla. Martins (2001) diz que, mesmo sendo protegidas por monges, nas bibliotecas do Oriente era mais fácil entrar literatura considerada pagã e, para ele, estas foram mais importantes do que as ocidentais, por manterem um núcleo de cultura helênica, o que culminou na Renascença.

Ainda no medievo, as bibliotecas começam a ganhar características científicas, quando surgem as primeiras universidades e é também a partir daí que a figura do bibliotecário começa a delinear suas primeiras funções, primeiro como organizador da informação e, depois, na Renascença, como disseminador. Santos (2012, p. 185) assinala que “Em fins do século XIII, as Universidades fundam suas próprias bibliotecas. A Universidade de Paris, chamada de Sorbonne, iniciou sua biblioteca com a doação dos livros de Robert de Sorbon.” Para o autor, as bibliotecas universitárias que merecem destaque são “a Biblioteca Jurídica de Orléans, a Biblioteca Médica de Paris, a Biblioteca de Oxford (fundada em 1334, na Inglaterra) e a de Cambridge (fundada em 1444)” (Santos, 2012, p. 185).

Ainda que as bibliotecas universitárias surgissem como um avanço, Martins (2001) ressalta que regras de acesso permaneciam, como a proibição de entrada de crianças e iletrados. Isso demonstra que, mesmo em instituições voltadas ao estudo, a mediação da leitura e da informação continuava a ser um privilégio, delineando as barreiras existentes para o exercício pleno do protagonismo social por meio do conhecimento.

4 BIBLIOTECAS DO RENASCENTISMO E ILUMINISMO

O Renascimento (século XV ao XVII) marcou um verdadeiro 'renascimento' para as bibliotecas, em paralelo à redescoberta da cultura clássica greco-romana. As universidades, já consolidadas, expandiram suas coleções, e a invenção da prensa de Gutenberg revolucionou a circulação e apropriação da informação. Essa inovação tecnológica permitiu que as bibliotecas acumulassem acervos maiores e mais variados, inaugurando uma nova era para a mediação cultural e da leitura e preparando o terreno para uma participação social mais ampla.

Em fins do século XV, reis e príncipes já possuíam pequenas coleções para uso pessoal ou exemplares que lhes eram dedicados. Nas áreas influenciadas pelo humanismo, sobretudo em seu berço, o norte da Itália, os acervos das bibliotecas particulares eram generosamente emprestados em círculos de relações das elites (Santos, 2012, p. 186).

O Renascimento trouxe o interesse pelos clássicos e, assim, os eruditos e estudiosos começaram a busca por livros roubados, vendidos e copiados com a intenção de reagrupá-los em coleções. É com as bibliotecas renascentistas que a literatura religiosa dá lugar à literatura clássica. Paralelamente, a visão humanista impulsionou a transição de acervos particulares para a esfera pública. Humanistas como Petrarca, que deixou sua coleção para a República de Veneza, Niccoló Niccoli e Vespasiano da Bisticci legaram suas coleções em Florença para a biblioteca dos Médici, contribuíram para a criação de bibliotecas públicas (Serrai, 1975). Esse movimento foi um passo fundamental para a democratização da informação, fortalecendo a mediação da leitura e fomentando uma maior capacidade de ação e transformação social ao tornar o conhecimento acessível para além dos círculos de elite.

Famílias poderosas, como os Médici, foram essenciais para o financiamento de bibliotecas e para o patrocínio da preservação e disseminação de manuscritos e livros impressos. Entre as instituições de destaque, a Biblioteca Vaticana, fundada oficialmente em 1475, tornou-se um dos maiores repositórios de textos religiosos e clássicos. “Com Nicolau V e Sisto IV, a Biblioteca Vaticana tornou-se a maior biblioteca europeia do século XV. Seus 3.500 códices são colocados à disposição dos estudiosos” (Serrai, 1975, p. 146).

A era iluminista (séculos XVII e XVIII) consolidou o papel das bibliotecas como espaços de mediação da informação mais acessíveis e educativos, alinhados aos ideais de razão, ciência e progresso. O surgimento das bibliotecas nacionais marcou um divisor de águas, com a expressa intenção de tornar o conhecimento acessível ao público mais amplo. Essa mudança

representa um avanço significativo na mediação cultural e da leitura, fundamental para o desenvolvimento da cidadania.

Martins (2001) aponta que, no Século das Luzes, as bibliotecas se transformam profundamente, alcançando laicização, democratização, especialização e socialização. Essa 'socialização' é a chave para o avanço da mediação da informação, que passa a englobar um público mais vasto e diversificado, fortalecendo a base para o protagonismo social. Uma das mais emblemáticas, a Biblioteca Nacional da França (anteriormente, *Bibliothèque du Roi*), foi reorganizada durante a Revolução Francesa, em 1789, para refletir os princípios republicanos de igualdade e acesso universal. Seus acervos, antes limitados à nobreza e ao clero, foram disponibilizados ao público como um esforço de disseminação do conhecimento entre todos os cidadãos.

Sua origem foi atribuída a Luís XI, que tinha uma pequena coleção de obras valiosas, da Antiguidade e Idade Média, compostas de: manuscritos, documentos políticos, coleções principescas e entre outras, que inicia o desenvolvimento da biblioteca nacional de Paris, esta, que sofre grandes transformações ao longo da sua fundação (Oliveira, 2019, p. 33).

O projeto enciclopédico foi um marco do Iluminismo, representando a tentativa de organizar e sistematizar todo o conhecimento humano. A *Encyclopédie*, editada por Denis Diderot e Jean le Rond d'Alembert, publicada entre 1751 e 1772, teve impacto significativo para as bibliotecas, pois consolidou os ideais de reunir e compartilhar o saber de forma acessível e universal. Martins (2001) afirma que esse é o marco da democratização porque a enciclopédia não se tratava somente de um livro, mas sim de uma biblioteca manual de livros.

5 BIBLIOTECAS NA ATUALIDADE E COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO

As bibliotecas contemporâneas enfrentam o paradoxo da era digital: ampliação do acesso *versus* riscos de desinformação. Por esse motivo, se outrora havia o pensamento de que as bibliotecas iriam acabar mediante o avanço tecnológico, nota-se que há uma redescoberta da função das bibliotecas e dos profissionais que nelas atuam para mediação cultural, inclusão digital e combate à desinformação. Sobre isso, Brisola e Ramos Junior (2020) sinalizam que uma das mais relevantes contribuições de um bibliotecário é estimular a resolução de problemas, promovendo pensamento crítico e reflexivo, conduzindo o usuário à competência crítica em informação.

A competência crítica em informação emerge como uma dimensão ampliada da competência em informação, ao agregar a crítica como elemento ativo e transformador. Não se trata somente de acessar e utilizar informações, mas de questioná-las, compreendê-las em seu contexto de produção e refletir sobre seus impactos sociais. Schneider (2019) elenca sete níveis da CCI, a saber:

1) concentração; 2) competência instrumental; 3) reflexão sobre as necessidades e gostos informacionais; 4) atitude questionadora diante da informação em si; 5) 4) atitude questionadora diante das fontes de informação; 6) estudo da ética em informação na aceção séria do termo; 7) conhecimento das teorias sociais críticas e das teorias críticas da informação (Schneider, 2019, p. 109).

Brisola e Ramos Junior (2020, p. 10) afirmam que “é importante enxergar a competência crítica em informação como uma soma à competência em informação o que agrega a crítica como parte ativa, fundamental e enriquecedora da competência em informação”. Concordamos com esses autores quando dizem que é necessário para o usuário, um despertar da curiosidade que os levem a um poder de escolha ante as informações e o uso delas, mesmo que o resultado não seja o esperado (Brisola; Ramos Junior, 2020).

Nesse cenário, é de suma importância que bibliotecas desenvolvam a autonomia dos indivíduos. Clubes de leituras com enfoque crítico em temas sociais e científicos, bibliotecas que desenvolvem oficinas de checagem de fatos, educação midiática, letramento digital ou mesmo repositórios institucionais que ampliam o acesso aberto à produção científica e cultural, contribuem para o desenvolvimento da CCI ao transformar usuários em agentes ativos na construção do conhecimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer a trajetória das bibliotecas desde a Antiguidade até o Iluminismo, este estudo pôde explorar a evolução dessas instituições como espaços de preservação e, fundamentalmente, de mediação e acesso à informação, cumprindo o objetivo central delineado. Observou-se uma transição marcante: de repositórios elitistas e restritos, onde a mediação cultural e da leitura servia ao controle do saber por poucos, para instituições que, gradativamente, assumiram um compromisso com a democratização do conhecimento. Este resgate histórico revelou a função educativa intrínseca das bibliotecas, que se transformaram em ambientes cruciais para a formação de cidadãos críticos e a capacitação para a participação e ação social, à medida que as barreiras de acesso eram superadas. A trajetória

das bibliotecas ao longo dos séculos revela seu papel fundamental como espaços dinâmicos de mediação, circulação, leitura e apropriação da informação, adaptando-se constantemente às mudanças culturais, tecnológicas e sociais de cada época.

Contudo, essa evolução não se deu sem desafios significativos, que moldaram profundamente as práticas de mediação e circulação da informação. O controle religioso e político imposto sobre o saber no medievo, as limitações materiais dos suportes e as posteriores disputas inerentes à invenção da imprensa representaram obstáculos consideráveis para a ampliação do acesso. Apesar desses entraves, a resiliência das bibliotecas como instituições se manifestou na sua capacidade de adaptação e na sua persistência em preservar o conhecimento humano, garantindo que o legado intelectual de cada época pudesse ser transmitido às gerações futuras, mesmo que de forma restrita em certos períodos.

Na contemporaneidade, as bibliotecas transcenderam o papel de meros repositórios. Elas se consolidam como espaços dinâmicos de mediação da informação que ativamente promovem o pensamento crítico e o acesso inclusivo, além de atuarem no combate à desinformação. Seu papel na mediação cultural e da leitura é mais vital do que nunca, ao capacitar indivíduos a apropriar-se de informações de forma consciente e engajada, promovendo sua atuação como sujeitos ativos na sociedade.

Esse papel permanece essencial no mundo digital, onde a democratização da informação está constantemente ameaçada por *fake news*, discurso de ódio e outras formas de manipulação. Assim, a história das bibliotecas não é apenas um registro do passado, mas também uma fonte de inspiração para enfrentar os desafios do presente e construir um futuro mais informado e equitativo. O maior desafio atual é garantir que o acesso à informação seja acompanhado pela formação de usuários críticos. Bibliotecas da atualidade como analisado, assumem esse papel mediante programas de letramento midiático e inclusão digital, consolidando-se como pilares contra a desinformação. Assim, cumpre-se o objetivo geral ao vincular história e presente, mostrando que a CCI é tanto herança quanto urgência no contexto informacional atual.

REFERÊNCIAS

BÁEZ, Fernando. **História Universal da Destruição dos Livros**: das Tábuas Sumérias à Guerra do Iraque. [RJ]: Ediouro, 2004.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

BRISOLA, Anna Cristina. Forjando em Freire as bases epistemológicas e de práxis da competência crítica em informação. *In*: BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco. **Competência crítica em informação: teoria, consciência e práxis.** (orgs.) Rio de Janeiro: IBICT, 2022. p. 21-33.

BRISOLA, Anna Cristina Caldeira de Andrada Sobral; RAMOS JUNIOR, Mauricio Augusto Cabral. O bibliotecário como um fator estratégico de marketing e de aprimoramento da competência crítica em informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 16, p. 1–21, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1324>. Acesso em: 18 ago. 2025.

CAMPOS, Alexandre. De Cosmos a Tiburi: Biblioteca de Alexandria, anti-intelectualismo e democratização do conhecimento científico. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41., 2018, Joinville. **Anais [...]**. Joinville, SC: Intercom, 2018. p. 1-15. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0586-1.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2024.

CASSON, Lionel. **Bibliotecas no mundo antigo**. São Paulo: Vestígio, 2018.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed São Paulo: Ática, 2001.

MEDEIROS, Ana Lígia. As bibliotecas na Antiguidade. **Memória e Informação**, v. 3, n. 2, p. 69-85, 18 dez. 2019.

MEY, Eliane Serrão Alves. Bibliotheca Alexandrina. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 2, p.71-91, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2081/2211>. Acesso em: 09 nov. 2024.

OLIVEIRA, Luciano Alan Rodrigues de. **Bibliotecas: uma breve revisão histórica**. 2019. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN. 2019. 52 f. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/39907/2/BibliotecasBreveRevisao_Oliveira_2019. Acesso em: 03 dez. 2024.

SANTOS, Josiel Machado. O Processo Evolutivo das Bibliotecas da Antiguidade ao Renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 8, n. 2, p. 175-189, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/237/235>. Acesso em: 09 nov. 2024.

SCHNEIDER, Marco. CCI/7: Competência Crítica em Informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. *In*: BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco;

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

PIMENTA, Ricardo M.; SALDANHA, Gustavo. **iKritika**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2019. p. 73-116.

SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma ideia e de um sistema. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 4, n. 2, 1975.

TANUS, Gabrielle Francinne. Da prática à produção do conhecimento: bibliotecas e biblioteconomia pré-científica. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 16, n. 3, p. 254–273, 2018. DOI: 10.20396/rdbci.v16i3.8651364. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8651364>. Acesso em: 19 nov. 2024.